

O uso de entorpecentes e os direitos individuais em decisão da Corte Suprema de Justiça da Argentina

Orientandos: **Sandra Eli Goettert; Tomás Eon Barreiros**

Orientador: *Alexandre Coutinho Pagliarini*

O debate em torno do uso de entorpecentes tem tomado com frequência tempo e espaço da mídia, com maior ou menor calor, dependendo da ocasião e dos debatedores. Eventos como a marcha anual em defesa da maconha ou pronunciamentos de figuras políticas expressivas, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o deputado federal Fernando Gabeira – defensores da descriminalização do uso de entorpecentes hoje proibidos – alimentam a discussão. A política de repressão, por sua vez, tem se mostrado ineficaz, não obtendo diminuição significativa no tráfico ou no consumo de entorpecentes proibidos.

No que respeita ao aspecto jurídico do debate, merece destaque uma decisão relativamente recente da Corte Suprema de Justiça da Argentina a respeito do tema. A Corte do país vizinho, julgando um recurso extraordinário, pronunciou-se pela inconstitucionalidade do § “único” do art. 14 da Lei 23.737, que estabelece:

Art. 14 – Será reprimido con prisión de uno a seis años y multa de trescientos a seis mil australes el que tuviere en su poder estupefacientes. § La pena será de un mes a dos años de prisión cuando, por su escasa cantidad y demás circunstancias, surgiere inequívocamente que la tenencia es para uso personal.

A Corte argentina entendeu que tal dispositivo choca-se com o art. 19 da Constituição argentina:

Art. 19 – Las acciones privadas de los hombres que de ningún modo ofendan al orden y a la moral pública, ni perjudiquen a un tercero, están sólo reservadas a Dios, y exentas de la autoridad de los magistrados. [...]

Tal dispositivo constitucional do país irmão é uma importante proclamação de respeito aos direitos individuais que não tem equivalente no Brasil.

Em diversos países, de há muito, vem sendo descriminalizada a posse de entorpecentes para uso próprio. O que se deseja destacar aqui, entretanto, não é simplesmente o caso específico da descriminalização do uso individual de

entorpecentes, mas o direito consignado na Constituição argentina (base da interpretação jurisprudencial da Corte Suprema daquele país), que deveria estar positivado no sistema jurídico dos países democráticos, visto que constitui direito absolutamente coerente com a concepção do Estado liberal.

A verdadeira “fúria legiferante” verificada atualmente no Brasil, não raro, destina-se à limitação de direitos individuais. É o que se verifica, por exemplo, com o cerco legal aos fumantes. Certo está que fumar é atitude que prejudica terceiros – os chamados fumantes passivos –, mas é difícil perceber que prejuízos levaria a terceiros a existência de ambientes específicos para fumantes.

Já passa da hora de o sistema jurídico brasileiro – em coerência com a filosofia do Estado Democrático de Direito e de defesa dos direitos humanos – proclamar os direitos individuais de tal forma que tudo seja permitido ao indivíduo à medida que não afete terceiros.